



“*Trabalho e Território: organização e resistência no Projeto de Assentamento Pirituba II, em Itaberá e Itapeva-SP*”
Ana Terra Reis, Mestrado, anaterreais@gmail.com
Antonio Thomaz Júnior / CEGeT

Introdução: Tendo em vista que o desenvolvimento da agricultura no Brasil ocorreu de forma valorizar a concentração de terras e de renda, por meio da consolidação e acirramento de uma estrutura de classes baseada na grande propriedade, na super exploração do trabalho, na destruição do meio ambiente e na hegemonia tecnológica, representada pela monocultura e pelo uso intensivo de insumos, em detrimento à pequena produção, ao policultivo e a agricultura de base camponesa, sentimos a necessidade de compreender as dinâmicas produtivas estabelecidas no campo e seus desdobramentos no mundo do trabalho. Para tanto, buscamos aprofundar o estudo acerca das políticas públicas no âmbito da Reforma Agrária, enquanto conquistas da classe trabalhadora e da existência de mecanismos de resistência camponesa, na medida em que são determinados padrões de produção e reprodução social com potencial de enfrentamento da lógica do sistema metabólico do capital, gerando inúmeras contradições que refletem intensamente na classe que vive do trabalho no campo. Esta pesquisa tem por objetivo geral sistematizar conhecimento acerca da dinâmica de avanço do metabolismo do capital no campo brasileiro, seus desdobramentos na atuação do Estado e, conseqüentemente, nas políticas públicas relacionadas às áreas de Reforma Agrária da região sudoeste do Estado de São Paulo, em especial no Projeto de Assentamento Pirituba II, organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). **Metodologia/Desenvolvimento:** A metodologia de pesquisa baseia-se na necessidade de teorizar a prática militante, realizando um aprofundamento teórico através de uma revisão bibliográfica para sistematização de conteúdos ligados à questão agrária, buscando compreender o tecido social em que está inserido o Projeto de Assentamento Pirituba II. A identificação das formas de organização do trabalho e da caracterização da produção do assentamento foi feito a partir dos arquivos da Cooperativa Regional, que foram sistematizados de forma a compreender melhor o papel das políticas públicas ligadas à Reforma Agrária na estruturação do assentamento e na organização dos trabalhadores rurais assentados. **Considerações finais:** A pesquisa mostra que o avanço do sistema metabólico do capital tem sido assimilado pelo Estado e pela economia brasileira desde o início de sua formação. As relações de produção baseadas na agricultura de caráter comercial, exportador, gerando inúmeras condições de trabalho estranhado e na separação dos trabalhadores dos meios de produção impactam diretamente as políticas públicas a serem implantadas no campo, alterando sobremaneira a vida dos que vivem do seu trabalho. Houve um processo de criação, desmonte e de reorganização das estruturas organizativas do assentamento durante os 30 anos de sua história, apontando para as possibilidades de superação da lógica estabelecida, garantindo a reprodução do campesinato no território conquistado.

Palavras-Chave: trabalho, território, classes sociais e reforma agrária.